

Usinas nucleares geram polêmica em Angra

Capacidade de piscinas que armazenam combustível já usado vai se esgotar em 2021, e estatal planeja a construção de um depósito que deverá operar por cinco anos. Ministério Público Federal e moradores cobram reservatório definitivo

MARCOS NUNES
jnunes@extra.inf.br

Responsáveis pela geração de aproximadamente 30% da energia elétrica consumida no estado, as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 precisam de um novo lugar para armazenar o combustível que já foi usado em suas operações. A capacidade das duas piscinas que hoje guardam, dentro das instalações, o material irradiado (diferentemente do radioativo, este pode ser reaproveitado) se esgotará entre agosto e dezembro de 2021, e a solução apresentada vem causando polêmica. A ideia da Eletronuclear é construir um depósito na área externa, mas o tipo da obra preocupa representantes da sociedade civil e o Ministério Público Federal (MPF), que requisitou uma perícia do projeto e do local escolhido.

Pelos planos da Eletronuclear, o combustível gasto, que ainda tem alta atividade nuclear, será transferido para uma Unidade de Armazenamento

Complementar a Seco (UAS). A estatal quer construí-la, a partir de janeiro do ano que vem, sobre um maciço de granito localizado entre as usinas Angra 2 e Angra 3 (esta última ainda em construção). A obra já foi licitada e custará U\$ 50,277 milhões (aproximadamente R\$ 246 milhões). A companhia americana Holtec International, especializada em empreendimentos desse tipo, venceu a concorrência. O prazo estipulado para a conclusão é de 18 meses, mas há fatores que podem adiar o início dos trabalhos.

PROCESSO NO STJ

O começo da construção depende de licenciamentos do Ibama e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Os dois órgãos ainda analisam o projeto. Além disso, o MPF vai esperar o resultado da perícia que pediu ao seu corpo técnico para saber que medida tomará sobre o caso.

O Ministério Público Federal pode entrar no caso porque conseguiu de-

cisões judiciais, em duas instâncias diferentes, que obrigam a Eletronuclear a construir um depósito definitivo para rejeitos radioativos. A UAS, no entanto, é classificada como um reservatório intermediário de material irradiado, cuja capacidade de armazenamento duraria apenas cinco anos.

Como houve recursos por parte da CNEN e da Eletronuclear contra as decisões favoráveis ao MPF, a questão foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No dia 20 de setembro, Aurélio Virgílio, subprocurador-geral da República, enviou um ofício ao STJ pedindo prioridade no julgamento do caso.

Ígor Miranda, procurador da República em Angra dos Reis que conduziu as ações judiciais vencidas pelo MPF, recebeu na última terça-feira uma cópia do processo de licenciamento ambiental da UAS. Baseado no documento, ele requisitou a perícia, que deve apontar se o projeto da Eletronuclear atende às sentenças. Caso contrário, existe a chance de surgir um outro imbróglio.

Em nota, a Eletronucle-

ar informou que a obrigatoriedade de construir um depósito definitivo não é sua, mas, sim, da CNEN. Esta, por sua vez, destacou, também por meio de um comunicado, que a maioria dos países com usinas nucleares ainda não tem reservatórios permanentes para rejeitos. A comissão ainda frisou que a ação em análise no STJ não trata de combustíveis irradiados, mas de material radioativo.

PADRÃO EM MUITOS PAÍSES

A escolha de uma UAS para Angra 1 e 2 é aprovada por Aquilino Senra, professor titular do programa de engenharia nuclear da Coppe/UFRJ. Ele, no entanto, chama a atenção para a importância dos licenciamentos do Ibama e

da CNEN:

— No planeta, existem cerca de 400 usinas nucleares em operação. Ainda não há um depósito final de rejeitos na maioria delas. Algumas são muito mais antigas que Angra 1 e Angra 2. Todas precisam expandir sua capacidade de armazenamento; se isso não for feito, elas vão parar. O mais importante é haver licenciamentos nucleares e ambientais, avaliações precisas de tudo que envolve a obra. Se não tiver, aí existe um risco, uma irregularidade — ressaltou o professor.

Na última quarta-feira, moradores de áreas próximas às usinas se surpreenderam ao verem faixas com avisos de uma reunião técnica informativa sobre a construção da UAS.

O evento está marcado para o próximo sábado no Cineteatro da Praia Brava. O ambientalista José Rafael Ribeiro, conselheiro da Sociedade Angreense de Proteção Ecológica (Sape), é contrário à instalação de um depósito complementar e promete comparecer.

— O assunto preocupa quem vive nas redondezas. Nós, moradores, queremos que seja apresentado um estudo para um reservatório definitivo, não uma espécie de puxadinho nuclear — disse o ambientalista.

Dilson Dias, vice-presidente da Associação de Moradores da Praia Vermelha, afirmou que também está preocupado, mas destacou que, mesmo sem saber o que vai acontecer, confia na tecnologia que será empregada.

— Medo de vazamento, sempre temos. Aqui, na Praia Vermelha moram 98 famílias. Estamos a cinco quilômetros de distância das duas usinas, e, apesar de existir uma preocupação permanente, nunca aconteceu nada — argumentou Dias.

18

meses

Duração prevista da obra que a Eletronuclear planeja iniciar em janeiro do ano que vem. Empresa americana ganhou licitação

R\$ 246

milhões

Custo estimado para a construção do depósito, que, de acordo com o projeto da estatal, ficará sobre um maciço de granito

5

anos

Período estimado de funcionamento do reservatório de armazenamento a seco que é proposto para Angra 1 e Angra 2



Presença confirmada. Dias diante de uma das faixas de convocação para a reunião na qual o projeto será apresentado



Em operação. Parte do complexo nuclear de Angra dos Reis: obra da chamada Unidade de Armazenamento Complementar a Seco já foi licitada. Especialista aprova o modelo, mas chama a atenção para a importância dos licenciamentos